

## ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Proposição em Regime de Urgência. Discussão e votação do Projeto de lei nº 1.084, de 2023, de autoria do Sr. Governador. Ratifica o protocolo de intenções firmado entre os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, com a finalidade de constituir o Consórcio de Integração dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil - Cosud. Com duas emendas.

Parecer nº 813, de 2023, da reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Administração Pública e Relações do Trabalho; e Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e contrário às emendas.

Há sobre a mesa uma emenda de plenário com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 175, inciso II, do Regimento Interno, motivo pelo qual o projeto retorna às comissões.

Convocação: Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convocoo reunião conjunta das comissões de: Constituição, Justiça e Redação; Administração Pública e Relações do Trabalho; e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 17 horas e 45 minutos, e 18 horas e um minuto, a realizar-se no Plenário José Bonifácio, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1.084, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Esgotado o objeto da presente sessão, está encerrada a sessão.

\*\*\*

- Encerra-se a sessão às 17 horas e 16 minutos.

\*\*\*

## 17 DE AGOSTO DE 2023 83ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: ANA PERUGINI, CARLOS GIANNAZI, CONTE LOPES e MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - ANA PERUGINI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - PROFESSORA BEBEL
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
5 - PRESIDENTE ANA PERUGINI
Endossa o pronunciamento da deputada Professora Bebel.
6 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
7 - ANA PERUGINI
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - CONTE LOPES
Assume a Presidência.
9 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Assume a Presidência. Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.
11 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - CONTE LOPES
Assume a Presidência.
13 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
14 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
15 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
16 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
17 - PRESIDENTE CONTE LOPES
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 18/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
\*\*\*
- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Ana Perugini.
\*\*\*
- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - ANA PERUGINI - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção do nosso Senhor, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Inscritos agora os oradores no Pequeno Expediente, eu passo a chamar: Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Delegado Olim. (Pausa.) Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Solange Freitas. (Pausa.) Marta Costa. (Pausa.) Reis. (Pausa.) Paulo Mansur. (Pausa.) Itamar Borges. (Pausa.) Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Rui Alves. (Pausa.) Dani Alonso. (Pausa.) Capitão Telhada. (Pausa.) Deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sra. Presidente. Satisfação vê-la sentada aí nessa mesa, sonho nosso, um dia a gente chega lá. Cumprimento todos os que estão na Mesa Diretora de Trabalhos, os assessores a minha esquerda, a minha direita, enfim, todos que nos ouvem e assistem através da Rede Alesp.

Eu posso dizer que começo o dia muito bem. Aliás, eu dormi muito bem essa noite. Eu tive um dia atribulado ontem, com muita atividade, organizamos um ato em frente à Secretaria da Educação em plena quarta-feira e o ato foi bastante representativo. Isso é notório. Em plena quarta-feira.

Por quê? Porque nós, os profissionais da Educação, estamos tendo um conjunto de ações que estão deixando os professores até adoecidos em certa medida. Acho que o mais complicado foi essa tentativa de trocar o livro didático pelas apostilas digitalizadas e, depois, voltar atrás e dizer “não, nós vamos entregar a nossa apostila”.

Nós batemos o pé e dissemos que não concordamos. O estado de São Paulo faz parte do Plano Nacional do Livro Didático e o livro didático é a forma de democratizar o acesso à leitura e à escrita. Não o único, mas uma das formas de democratizar. É a forma que as famílias pobres, os filhos e filhas da classe trabalhadora, têm para poder chegar em casa, pesquisar, estudar, fazer a tarefa, enfim, esta era a grande questão.

E eu fiz essa fala, nós fizemos uma audiência pública, aliás, estamos há um tempo nesse processo. Fizemos uma audiência pública muito representativa, esteve lá o meu nobre deputado e senador Eduardo Suplicy com a presença do MEC, com a presença de pessoas de renome para dizer que o estado de São Paulo não pode ficar fora do livro didático.

Deputada Ana Perugini, se o governo não recuar, eu quero dizer... Tem ação do deputado Giannazi aqui, sim, mas é em caráter liminar, mas a ação política dos professores irem para

frente da Secretaria dizendo que não aceitavam aquilo fez o governo recuar. Fez recuar porque nós tiramos de lá a posição, deputado Suplicy, de fazer uma assembleia e, se fosse o caso, ir a uma greve, mas, da forma como estava não poderia ficar.

Foi alertado lá por mim que se até o dia 23 V. Exas. não indicarem, não se inscreverem para o livro didático, o estado de São Paulo ficará quatro anos fora do Plano Nacional do Livro Didático. Parece-me, essa é a tese de que nós ganhamos. À noite saiu a nota do governador, à noite, não, à tardezinha já, tão logo terminou o nosso ato, fizemos um abraço na Secretaria, não para abraçar o secretário: para dizer que ali é a Praça da República, portanto, do povo, e que a Secretaria do estado da Educação, a política pública que lá existe é nossa.

Mas não na concepção que quer o secretário. Nós podemos debater, nós temos conhecimento para isso. Hoje sei que ele vai anunciar medidas na live, tem a ver com a audiência pública que nós fizemos aqui no Kobayashi.

Comprometimento com acabar com a APDE, a Atividade Pedagógica Diversificada em Local de Livre Escolha, porque é um absurdo o professor ter que fazer esse trabalho dentro da sala de aula, com barulho - ou na escola barulho tem que acontecer mesmo, estamos lidando com estudantes – e, ao mesmo tempo, acabar com essa tristeza de que se faltar duas aulinhas para ir ao médico, deputada Ana Perugini, o professor perde o dia todo. Isso é injusto, é desumano, é trabalho escravo. Isso tem que recuar.

Só para terminar: a terceira questão é a forma da atribuição de aulas. Não pode ser por jornada, mas tem que ser por tudo que agrega. Então estou, digo para vocês, que estão presentes neste plenário, que não é ainda o que queremos. Com certeza, falava eu hoje no ato dos trabalhadores da Saúde, nós vamos ter um dia estadual de greve do funcionalismo público.

Vai ter congresso nosso em Piracicaba, nos dias 1.º, 2 e 3 de setembro, e vamos aprovar um plano de lutas, porque este plano de lutas vai ser capaz, sim, de virar a história da Educação no estado de São Paulo, e nós sairemos fortalecidos, o que demonstra que é na rua e na luta que a gente ganha uma proposta.

Muito obrigada, Sra. Presidente.
Agradeço a oportunidade.
Parabenizo-a por estar aí.
Peço licença para me retirar porque tenho uma longa jornada ainda hoje.

A SRA. PRESIDENTE - ANA PERUGINI - PT - Parabéns, Professora Bebel. Próximo inscrito, Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Mauro Bragato. (Pausa.) Fabiana Barroso. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Querida presidente, deputada Ana Perugini, está ocorrendo, neste instante, aqui na Sala Teotônio Vilela, um encontro do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Sintepe, pessoa jurídica de direito privado inscrita na CNPJ, e que fica na Praça Coronel Fernandes Prestes, no Bom Retiro, em São Paulo.

E ali estão reunidos para solicitar a atenção por parte do secretário da Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan, e da Superintendência do Ceeteps, Laura Laganá e, obviamente, do governador Tarcísio de Freitas.

Por que estão tão preocupados os trabalhadores do Centro Paula Souza que pedem o apoio à greve iniciada no dia 8 de agosto passado. Aqui eles transmitem o seguinte:

“Nós, professores, auxiliares docentes e funcionários administrativos das Etecs (Escolas Técnicas) e Fatecs (Faculdades de Tecnologia) do Centro Paula Souza, pedem a sua atenção e apoio porque estão em greve por tempo indeterminado a partir do dia 8 de agosto de 2023 pelas seguintes quatro reivindicações centrais.

Pelo fim do arrocho salarial: temos perdas salariais acumuladas há anos. Enquanto a inflação avança mês a mês, nossos salários seguem praticamente congelados e perdendo poder de compra.

Queremos que a Superintendência do Centro Paula Souza e o governo Tarcísio de Freitas negociem com nossa entidade sindical, o Sintepe, a reposição destas perdas. Assim como a Assembleia Legislativa aprovou um reajuste de 50% nos salários do governador e de seus secretários, e também um reajuste de até 34% ao pessoal da Segurança Pública, é preciso que se faça justiça com os trabalhadores das Etecs e Fatecs, que se dedicam para manter a instituição entre as referências de qualidade na Educação Pública.

O reajuste de 6% concedido pelo governo para as outras categorias do funcionalismo é aviltante e não repõe a mínima parte do que perdemos para a inflação.

Segundo - Pelo imediato pagamento do Bônus Resultado. Embora seja um direito da categoria, todo ano o governo manipula as datas a seu bel prazer, pagando o Bônus Resultado quando bem entende.” Então, querem os servidores das Etecs e Fatecs que haja o pagamento imediato do Bônus Resultado.

Terceiro - “Pedimos a revisão da nossa carreira e atendimento dos anseios da categoria. Há anos estamos reivindicando a revisão da nossa carreira, que foi implantada em 2014 e que deixou para trás muitos direitos importantes.

Queremos que a Superintendência do Centro e o governo estadual negociem com o nosso sindicato as reformas desejadas pelos trabalhadores e as aproveem o quanto antes. Elas dizem respeito à nossa valorização como profissionais do Centro e a melhores condições de trabalho para todos.

Também reivindicamos contratações urgentes, de funcionários e docentes, para suprir as necessidades das nossas Etecs e Fatecs. E, finalmente, a defesa das escolas do Centro Paula Souza.

Por meio da Secretaria de Educação (Seduc), o governo Tarcísio decidiu implementar o ensino técnico diretamente na rede estadual, à margem do Centro Paula Souza, que é o órgão estadual paulista responsável por essa modalidade de ensino há mais de 50 anos, com notória qualidade e respeito da sociedade.

A possibilidade de uma rede paralela de ensino técnico - sem investimentos, sem estrutura laboratorial e sem contratação de professores habilitados - poderá ser um golpe de morte nas nossas Etecs.

Assim, do Governo do Estado e da direção do Centro Paula Souza, exigimos respeito. De nossa parte, seguiremos fazendo o que sempre fizemos: serviço público de qualidade, educação profissional e tecnológica de excelência nas Etecs e Fatecs! Agosto de 2023, assinam os professores auxiliares, os docentes e funcionários administrativos das Etecs e Fatecs, do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza.

E eu espero que, uma vez que foram convidados para dialogar com eles nessa tarde, no Auditório Teotônio Vilela, que possam lá chegar o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan, e a superintendência do Ceeteps, Laura Laganá.

E, prezada deputada Bebel, também eles estão de acordo que deve ser respeitado o livro didático em todo o sistema de ensino estadual.

Muito obrigado.
A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.
A SRA. PRESIDENTE - ANA PERUGINI - PT - Pois não, deputada Bebel?
A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Para uma pequena comunicação.

A SRA. PRESIDENTE - ANA PERUGINI - PT - Pois não.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Eu vou ler a minha comunicação, a moção.

Moção nº 413, de 2023, para o Sr. Presidente da Casa, da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo:

“Requeiro à Mesa desta Augusta Casa Legislativa, após ouvir do egrégio plenário, na forma regimental, dignes de aprovar e encaminhar a presente moção de apoio aos trabalhadores e trabalhadoras das Etecs, Fatecs, do Centro Paula Souza, em razão da luta para que o governo do estado de São Paulo atenda às suas reivindicações.

Justificativa: este vereador solidariza-se com os funcionários, auxiliares e docentes e professores das escolas técnicas, Etecs; faculdades de tecnologia, Fatecs; administração central do Centro Paula Souza, Ceeteps. E apoia as suas justas reivindicações já apresentadas à instituição e ao governo do estado de São Paulo.

Reajuste liminar de 53.23% para todos, a partir de março; revisão da carreira em vigor, de acordo com os direitos e necessidades de todos os segmentos que compõem a categoria; pagamento imediato do bônus resultado, e defesa das escolas do Centro Paula Souza.

Desta forma, solicitamos à superintendência dos Ceeteps, ao secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, prof. Vahan Agopyan, e ao governador Sr. Tarcísio de Freitas, que abram as negociações com o sindicato que representa a categoria, os Sintepe.

Consideramos justas as reivindicações desses profissionais que realizam um excelente trabalho na oferta da educação profissional e tecnológica de qualidade, para os nossos jovens. Além disso, solicitamos aos Srs. e Sras. Deputados Estaduais paulistas, que apoiem emendas, preveem dotação orçamentária para o Centro Paula Souza na Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO 2024, em tramitação na Alesp, como exemplo citamos as emendas nº 280.752.784.424.

Assim, pelas razões acima citadas, justifica-se moção de apoio aos trabalhadores das Etecs, Fatecs, Centro Paula Souza, em razão, para que o governo atenda às suas reivindicações.

Foi com cópia para a prof.ª Laura Laganá, excelentíssima senhora superintendente dos Ceeteps; prof. dr. Vahan Agopyan, excelentíssimo senhor secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação; senhor Tarcísio de Freitas, excelentíssimo senhor governador, deputados e deputadas da Alesp, sala das sessões, vereador Rafael Orsi Filho.

Quatorze de agosto, de 2023. Vereador Eduardo Dade Salum”.

Deixo aqui então, para os autos, na mesa.

Obrigada.
A SRA. PRESIDENTE - ANA PERUGINI - PT - Obrigada, Professora Bebel. Parabéns aos educadores, professores e professores das escolas técnicas, das Etecs aqui do estado de São Paulo.

Eu peço ao deputado Carlos Giannazi que assuma a Presidência, porque logo farei uso da palavra também.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando seqüência à lista de oradores inscritos no Pequeno Experiente, com a palavra a deputada Ediane Maria. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Com a palavra o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Com a palavra o deputado Carlos Cezar. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Major Mecca. (Pausa.) Com a palavra a deputada Carla Morando. (Pausa.) Com a palavra o deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Com a palavra o deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Dr. Elton. (Pausa.) Com a palavra a deputada Beth Sahnão. (Pausa.) Com a palavra a deputada Letícia Aguiar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Donato. (Pausa.) Com a palavra o deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Com a palavra o deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.)

Com a palavra a deputada Ana Perugini, que fará uso regimental da tribuna.

A SRA. ANA PERUGINI - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sras. Deputadas, Srs. Deputados que estão na Casa e certamente tomaram conhecimento dos pronunciamentos que foram feitos aqui, deputado presidente, por ora, à nossa Casa... Se não me falha a memória, o senhor está inscrito também logo depois.

Mas eu quero agradecer as funcionárias, os funcionários que estão aqui, e dar parabéns àqueles que me antecederam, a Professora Bebel e também o nosso sempre companheiro - porque já foi senador, já foi vereador e está nos abrilhantando nesta Casa - o deputado Eduardo Suplicy, que fez menção ao que está ocorrendo hoje no estado de São Paulo na Educação, e a Professora Bebel nos acalentou com a esperança e com o avanço em relação àquilo que está sendo feito hoje na educação do nosso Estado.

E aqui, eu, fazendo uma fala diversa, até das crianças que estudam na Etec, até minha filha que faz o ensino fundamental na escola pública. Quando ela soube - ela está cursando o nono ano - quando ela soube do ocorrido, da medida em relação aos livros digitais...

Imediatamente ela soube por conta de um comentário que eu fazia com a minha irmã, que é professora na Unicamp. Nós: “Olhe o que vai acontecer”; ela falou: “Meu Deus, pode parar. Já basta, fecha a cortina”, fecha a porta, escurece, apaga a luz, não está dando para enxergar. Como é que vão ser as aulas daqui por diante?”

Então, antes de tudo, nós temos entidades que representam a educação aqui no estado de São Paulo. Nós temos professores e professoras que merecem e devem ser consultados sobre medidas que podem mudar, absolutamente, a vida dos estudantes e dos profissionais da Educação aqui no estado de São Paulo.

De antemão isso, porque se uma criança que está cursando o nono ano do ensino fundamental já tem um parecer sobre o que está acontecendo, quicá todos hoje que defendem a educação pública aqui do estado de São Paulo.

E, para além do que está acontecendo na Etec, a minha filha hoje, que está concluindo o curso de Medicina, foi aluna da Etec. Foi aluna da Etec e nós sabemos que a Etec aqui no estado de São Paulo precisou abraçar o ensino médio porque tinha a melhor aprovação na educação aqui no estado de São Paulo e era necessário elevar a média do estado de São Paulo nas escolas públicas estaduais.

Então o movimento inverso não pode ser aceito e a greve é justa, é absolutamente legítima e é pela qualidade da Educação. Nós não podemos pensar, ainda que de forma mais leiga possível, na possibilidade do ensino técnico sem laboratório, sem infraestrutura e sem profissionais qualificados, já que nas escolas estaduais nós temos, inclusive, dificuldade na implementação dos laboratórios com os computadores porque não há profissionais habilitados para o ensino nesses laboratórios.

Mas o que me traz aqui hoje é a audiência pública que tratou da aplicação de agrotóxico por pulverização aqui no estado de São Paulo. É claro que esse assunto atinge não só o estado de São Paulo, mas há a limitação aqui que nós estamos vencendo a partir do diálogo tanto com a Câmara em Brasília como também com o Senado, e com os nossos ministros, com os ambientalistas e com os estudos que cuidam dessa questão.

Mas, aqui no estado de São Paulo, nós recebemos o alerta da mortandade de peixes, de hortaliças, bichos da seda, abelhas, o que é absolutamente inaceitável, porque pensar em qualquer tipo de agricultura sem a existência das abelhas é absolutamente impossível.

E eu estou falando também da mortalidade de abelhas, nem isso está mais sendo respeitado. E nessa audiência pública em que nós tratamos da pulverização, de onde eu saí, porque eu estou na audiência pública para me manter, para aprimorar, para me demover da ideia anterior. E a ideia era regulamentar, é aumentar a margem.

Eu saí de lá convencida de que nós não podemos mais aceitar pulverização de agrotóxico nem por avião, nem por drone, nem por canhão. Canhão, porque o canhão também pulveriza e ele espalha no entorno. Nós não podemos aceitar, porque me chamou muito a atenção, não só os profissionais.

E aqui eu quero ressaltar a presença do Gilmar Mauro, que é membro da direção nacional do maior movimento social da América Latina, que é o MST; da Superintendência do Inkra, Dra. Sabrina Diniz; do defensor público Marcelo Novaes; do promotor de Justiça do Gaema de Piracicaba, Dr. Ivan Carneiro Castanheiro; a presença do procurador do Ministério Público do Trabalho, Dr. Paulo Crestana; da educadora ambiental Dora Lima; de integrantes do Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos Transgênicos; e dos agricultores familiares: o Sr. José Luiz das Chagas, da região de Regência, em Paulicéia, na região de Dracena; da Sra. Bianca Santos Lopes, do assentamento Chico Castro Alves, em Martinópolis, na região de Presidente Prudente, onde eu deveria estar, inclusive, hoje.

Mas nós tínhamos a audiência para tratar também aqui, do projeto de lei que iria majorar as taxas no estado de São Paulo, para ingresso com uma ação judicial, que é o 752, de 2021. Foi pedido que ocorresse essa audiência e foi por demais importante a nossa participação para ouvir.

Mas o que eu quero trazer aqui em relação ao uso dos agrotóxicos é o que todos nós sabemos, as abelhas foram mortas, os bichos da seda foram mortos, os peixes foram mortos. Para que haja uma ação criminal no nosso País, nós precisamos do nexo de causalidade. É preciso provar que foi o veneno que matou a abelha, que foi o veneno que matou o bicho da seda.

É preciso que haja prova disso, e, muitas vezes, o agricultor familiar, isso é rotineiro, não tem condição econômica sequer para pagar uma análise daquilo que levou à mortandade da sua produção. E o mais estranho possível é que houve a denúncia de região que foi pulverizada, e que está aguardando ainda o inquérito acontecer.

Aí vem uma outra denunciante e fala o seguinte: num assentamento, numa distância de mais de 10 quilômetros entre uma casa e outra, nós tivemos uma epidemia de virose, de conjuntivite. Então, nós precisamos olhar para tudo o que está acontecendo.

Quando se fala de agrotóxico, nós temos do outro lado. E aí eu quero agradecer muito, mas muito, a participação do meu companheiro, deputado Simão Pedro, com quem, com toda certeza, nós vamos apresentar os projetos em relação ao que está acontecendo aqui.

E agradecer, também, a presença do deputado Lucas Bove, que esteve presente com uma posição diferente, mas que fez uso da palavra, inclusive eu sugeri que fizesse também uma audiência para tratar dos agrotóxicos. Eu faço questão de compor a mesa nesse caso. O deputado fez questão só de usar a palavra e não quis compor a mesa conosco, mas falou do seu posicionamento.

Eu saí de lá convencida de que nós não podemos mais aceitar isso. E foi muito importante a presença da Defensoria Pública, na pessoa do Dr. Novaes, quando ele falou que um mal necessário é um mal necessário até que não haja uma outra forma de se fazer as coisas aqui.

E nós sabemos que os institutos, que poderiam estar pesquisando e nos orientando sobre aquilo que nós podemos ou não fazer hoje, estão desprovidos de recursos econômicos para fazer, inclusive, as pesquisas.

Eu tive a oportunidade de estar em Botucatu preparando essa audiência pública e conversando com o Instituto de Biologia, que me pediu emenda parlamentar para conseguir finalizar o exame para diagnosticar com antecedência o efeito do agrotóxico no organismo de quem o pulveriza, porque eles não têm esse recurso financeiro.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Conte Lopes.

\*\*\*

Lá também, como encontrei na audiência pessoas altamente comprometidas com a causa, que falam que se sentem absolutamente impotentes, porque sabem como é recebido o agrotóxico no nosso organismo, Tânia, que o lê como um hormônio, e que gera câncer.

Aí, você vê, “ah, mas não tem uma pesquisa séria que nos mostre isso”. Será que não tem pesquisa séria que nos mostre isso? Será que todos os dados que foram apresentados naquela audiência pública não são sérios, não foram catalogados? Ou será que a aprovação de agrotóxicos em nosso país ainda é feita...

E aí, eu escutei um comentário muito interessante: se esse é um caso de vida ou morte, e é um caso de saúde, será que não é a comunidade médica que tem que dizer o que pode ou não pode ser usado na agricultura? Porque é o número de deputados na Câmara Federal que diz o que pode e o que não pode aqui. Esse é o “x” da questão.

Aí, você escuta a outra balela, que um alimento sem agrotóxico é muito caro. Vocês têm uma ideia do tamanho do incentivo que os venenos têm aqui no nosso país? Só para a importação, alíquota zero em PIS e Cofins; para a circulação aqui dentro do País, 60% de desconto no ICMS; e para a produção, 0%, isenção total de IPI. Vocês imaginam se nós tivemos isso em relação a um único alimento sem agrotóxico.

Então, nós precisamos de, além de receber o conhecimento, ter a humildade de saber que nós estamos em um processo de aprendizado, que nós precisamos avançar porque, como diz o José Luiz, que provocou, inclusive, choro ali, nós temos que fazer essa resistência até para salvar quem defende o uso de agrotóxico.

Eu até falei assim, exceto se quem usa o agrotóxico tem uma extensão territorial de plantação de cana ou de laranja lá na região de Andradina, mas não mora nem no nosso país - exceto isso. Mas há a necessidade daqueles que ainda...

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - Para encerrar, nobre deputada.

A SRA. ANA PERUGINI - PT - Fazem essa luta, deputado, até para a sobrevida daqueles que defendem o contrário. Então, fica aqui o registro e o meu agradecimento. Nós estamos fazendo isso já tratando de tudo que foi determinado naquela audiência e, com certeza, outras nós teremos, porque estou convencida e...

Deputado, quero fazer um registro que é muito importante para aquele que está nos ouvindo sentado, para aquele que está nos ouvindo trabalhando aqui dentro e para os deputados e as deputadas.

Quando nós começamos a mexer com o pedágio aqui, no estado de São Paulo, falaram que era campanha eleitoral, hoje a nossa região é a única do nosso Estado que tem o Ponto a Ponto - a única.

Quando nós começamos a defender que deveriam ter mitigação as cidades com unidades prisionais, nós não conseguimos passar o projeto. O deputado Bruno Covas, que estava aqui na Casa, deu parecer favorável e falou que o projeto era necessário - hoje não está entre nós.

Agora também há todo o óbice para que o projeto não seja votado. Hoje o Governo do Estado de São Paulo não consegue mais instalar uma única delegacia ou um único presídio no estado de São Paulo sem conversar com o prefeito, como outrora era feito.

Já passou da hora de proibir agrotóxico aqui no estado de São Paulo. Os melhores institutos, as melhores escolas, as melhores universidades estão aqui, e nós precisamos encontrar formas de nos alimentar sem estar nos matando ao mesmo tempo. Isso é possível, é real, basta um pouco de coerência, porque até a solidariedade existe, essa inteligência que todos nós precisamos ter, e quicá nós possamos, com o apoio de toda esta Casa, mudar essa legislação incoerente com esse século.